



FILHOS DE IMPÉRIO E PÓS-MEMÓRIAS EUROPEIAS
CHILDREN OF EMPIRES AND EUROPEAN POSTMEMORIES
ENFANTS D'EMPIRES ET POSTMÉMOIRES EUROPÉENNES

Sábado, 5 de maio de 2018



sem título | 2018 | Ana Vidigal

NA EUROPA ANDAM FANTASMAS PÓS-COLONIAIS À SOLTA

Margarida Calafate Ribeiro

No dia nove de abril de 2018 comemoraram-se os 100 anos da Batalha de La Lys. Os presidentes das Repúblicas Portuguesa e Francesa e o Primeiro Ministro António Costa participaram nas comemorações e as televisões e os jornais referiram marcadamente o evento. Marcelo Rebelo de Sousa destacou a importância do sacrifício humano e a necessidade de reconhecimento; Emmanuel Macron designou o cemitério militar português de Richebourg como um “símbolo da amizade e solidariedade europeia e não de rancor nacionalista”, assinalando este “passado comum” como um espaço de memória de partilha das gerações seguintes. Na mesma linha António Costa, na cerimónia de encerramento, sublinhou que “cem anos depois, celebramos a paz e a reconciliação entre os povos europeus e a sua vontade de construirmos juntos um futuro comum”. E foi inaugurada a exposição *Racines* sobre descendentes de



NA EUROPA
ANDAM
FANTASMAS PÓS-COLONIAIS
À SOLTA

soldados portugueses em Richebourg, em resgate deste passado familiar, nacional e europeu, que nos convoca para uma reinterrogação deste passado comum, de memórias tão diferentes, na sua relação orgânica com o presente em Portugal, em França, na Europa.

Na história europeia, 1918 assinala o final da Grande Guerra e, com ela, a desintegração de três grandes impérios – germânico, austro-húngaro e russo – e a emergência de nove estados – Áustria, Hungria, Jugoslávia, Checoslováquia, Polónia, Lituânia, Letónia, Estónia e Finlândia. O redesenhar desta parte do mapa da Europa, de vocação imperial intra-europeia, mostra-nos as fraturas, as fronteiras traçadas nos vastos territórios outrora imperiais em que o nacionalismo atuou em vários sentidos libertadores. As utopias, as novas identidades, as transformações sociais e a criatividade que desenharam estes inícios determinaram a vida política e cultural destes espaços na construção do futuro das suas nações, que assim iniciavam um diálogo tenso com as grandes linhas do primeiro século XX – a democracia de tipo ocidental, o comunismo e os inícios do que se desenharia como o nacional-fascismo. Noutras partes do globo, controladas pelo imperialismo europeu de vocação ultramarina, nomeadamente na Ásia e em África, ações nacionalistas davam os seus primeiros passos, na sequência da participação destes territórios na Grande Guerra ou da participação de contingentes de soldados destas regiões na Europa. Mas seria só após a Segunda Guerra Mundial que esse movimento de emancipação e descolonização, chegaria ao hemisfério sul, começando assim a desintegração dos impérios europeus da Europa ocidental de vocação ultramarina – Reino Unido, França, Holanda, Bélgica, Portugal. Em 1947, com a Europa em escombros e face à pressão dos movimentos nacionalistas, os britânicos reconheciam a independência da Índia e da Palestina, em 1949, os holandeses despediam-se da Indonésia, os franceses iniciavam a guerra na Indochina e, por todo o hemisfério Sul, tinham lugar lutas, reuniões, conflitos, reivindicações, guerras de libertação. Os processos de descolonização constituíram, portanto, um fenómeno capital da história do século XX e dos pós-guerras europeus, provocando grandes ruturas de consequências imediatas e, nesta fase, planetárias. De um ponto de vista global, no pós-Segunda Guerra Mundial assistimos ao redesenhar da geopolítica europeia, asiática, africana e mundial com o nascimento de novas nações, a emergência do poder soviético e americano e o declínio do poder das antigas metrópoles europeias. O refazer das imagens nacionais impunha-se pelos acontecimentos, mas, num primeiro momento, não iria muito além dos tratados de independência e do refazer de mapas. Todavia, a chegada à Europa de grandes contingentes de população, com vivência colonial sob a forma de ex-colonizadores, ex-colonizados ou ex-combatentes das guerras coloniais, corporizava a realidade distante dos impérios perdidos e perturbava traumáticamente a narrativa europeia. Estas populações



NA EUROPA
ANDAM
FANTASMAS PÓS-COLONIAIS
À SOLTA

e a história de que eram portadoras denunciavam a relação organicamente imperial europeia e iriam compondo parte das sociedades multiculturais europeias que ocultamente emergiam. A análise dos seus prolongamentos atuais, sob a forma dos “descendentes” e de uma cultura outra, exige-nos a inscrição da violência colonial, pública e privada, na história das referidas violências do século XX, enquanto espaços reais das tensões fundadoras da história europeia após a Segunda Guerra Mundial e também após as descolonizações, com todas as consequências inerentes a este reestruturante processo histórico, a sul e a norte.

Pensar a Europa pós-colonial implica, portanto, perceber que aquilo que mais definiu a Europa foi a sua vocação imperial – nas suas várias declinações – e que, conseqüentemente, a descolonização não foi apenas um movimento a Sul e que atingiu os países descolonizados. Foi também um movimento que atingiu e atinge radicalmente o continente colonizador que foi Europa e que precisa de ser descolonizado, ou seja, precisa de reler o passado e a linguagem imperial em que foi narrado para melhor compreender o presente e pensar o futuro, produzindo outras narrativas e criando, de facto, uma verdadeira hipótese de comunidade e de futuro. Mas é desta forma mais pronunciada pelo tempo do que pela vontade política, entre memórias consentidas, dissonantes ou silenciadas, que esta história chega e se reflete hoje nas gerações seguintes que a reinterrogam a partir do seu contemporâneo e dos seus lugares identitários diversos. Assumir politicamente esta *comunidade europeia*, analisar o seu impacto a partir das memórias herdadas pelas gerações seguintes e das suas produções culturais é o objetivo principal do projeto de investigação europeu, ***Memoirs – Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias***, a decorrer no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com financiamento do European Research Council. <http://memoirs.ces.uc.pt/>

Margarida Calafate Ribeiro é investigadora-coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, projeto ***Memoirs- Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias*** (ERC Consolidator Grant, nº 648624) e responsável pela Cátedra Eduardo Lourenço, Camões/ Universidade de Bolonha (com Roberto Vecchi).



CONFLITOS DE MEMÓRIA:
O “BAIRRO AFRICANO”
DE BERLIM



Afrikanische Straße | Berlin | 2018

CONFLITOS DE MEMÓRIA: O “BAIRRO AFRICANO” DE BERLIM

António Sousa Ribeiro

A experiência colonial alemã foi, como é sabido, relativamente curta, tendo chegado a um fim definitivo com a derrota do *Reich* em 1918 – as muitas disposições punitivas do Tratado de Versalhes incluíam a obrigação de a Alemanha ceder o domínio sobre todos os territórios coloniais que detinha. É assim que, diferentemente do Holocausto, a história do colonialismo alemão, apesar de marcada, também ela, por formas de violência extrema, culminando no genocídio dos povos Herero e Nama em 1904-1906, no então Sudoeste Africano, está hoje largamente ausente da memória pública na Alemanha, tal como foi, durante muito tempo, largamente subalternizada pela investigação histórica.

Sobretudo nas duas últimas décadas, esta subalternização tem vindo a ser colmatada por uma investigação muito ampla que conferiu à questão do passado colonial da Alemanha, nas suas muitas implicações, o lugar que merece no conhecimento historiográfico. Este esforço, todavia, só pouco



CONFLITOS DE MEMÓRIA:
O “BAIRRO AFRICANO”
DE BERLIM

a pouco vai conseguindo trazer o tema à memória pública, no que, sem dúvida, a relutância das instâncias oficiais em tematizar adequadamente este capítulo da história alemã tem uma boa quota-parte de responsabilidade. Em 2016, uma iniciativa parlamentar tendente ao reconhecimento oficial da responsabilidade pelo genocídio dos Herero e Nama, foi rejeitada pela maioria dos deputados. O relatório elaborado pelos “Serviços Científicos” do Bundestag, um órgão com funções de assessoria e emissão de pareceres sobre matérias levadas ao debate parlamentar, concluía, baseando-se numa perspectiva estreitamente jurídica, do ponto de vista da qual apenas são aplicáveis as normas vigentes à época, que as acções do exército alemão não violaram o direito internacional. O fundo do argumento é o sofisma de que, em 1906, o exército alemão não pode ter cometido genocídio, pela razão de que o conceito de genocídio não existia ainda nem tinha sido incorporado no direito internacional. E, reconhecendo embora que, já no início do século XX, independentemente das normas jurídicas, os indivíduos beneficiavam de uma “protecção rudimentar”, derivada das “normas da humanidade e de civilização”, o parecer é taxativo na apresentação do argumento de que “a consciência jurídica da comunidade do direito internacional da época excluía destes critérios mínimos os povos indígenas que, aos seus olhos, eram “incivilizados”.

Embora, também ele, sem valor de posição oficial, este tipo de argumentação é bem representativo de uma forma de negação ainda hoje em muitos aspectos estruturante da forma como os países europeus se posicionam perante o seu passado colonial. Significativamente, a lista bibliográfica apensa ao relatório citado omite várias referências importantes, sendo a omissão seguramente mais relevante a dos trabalhos de Jürgen Zimmerer que, em estudos publicados desde o início do milénio e reunidos, em 2011, na obra *Von Windhuk nach Auschwitz (De Windhuk a Auschwitz)*, estabeleceu, de modo convincente, o elo entre as práticas genocidas ensaiadas no Sudoeste Africano e o Holocausto.

Sobre este pano de fundo, a notícia recentemente divulgada de que irão ser alterados os nomes das ruas do “Afrikanisches Viertel” (Bairro Africano) do distrito berlinense de Wedding, um importante lugar de memória colonial, adquire um significado especial e mesmo exemplar. A intervenção surge ao fim de bastantes anos de pressão por parte de organizações associadas na iniciativa “Berlim Pós-Colonial”. Para além de várias outras referências, o aspecto mais ofensivo da toponímia do “Bairro Africano” para uma memória pós-colonial está na forma como celebra vários nomes de personalidades destacadas, protagonistas do estabelecimento do domínio colonial alemão em várias regiões africanas. Entre estas figuras, é particularmente chocante a presença de Carl Peters, autoproclamado fundador da colónia



CONFLITOS DE MEMÓRIA:
O “BAIRRO AFRICANO”
DE BERLIM

da África Oriental alemã e um dos principais agentes da empresa colonial alemã (foi fundador, em 1884, da Sociedade para a Colonização Alemã). Peters é um exemplo acabado do mais brutal *habitus* colonialista – associado a organizações anti-semitas e nacionalistas alemãs, fundou a sua intervenção em África no mais profundo racismo, na defesa e implantação do trabalho forçado, no esbulho puro e simples da terra indígena. Não por acaso, viria a ser proclamado como um dos pais espirituais do nacional-socialismo. O seu papel sinistro valeu-lhe o cognome swahili de “mkono wa damu”, o “homem das mãos sujas de sangue”. Desde os anos oitenta que o seu nome, presente na toponímia de muitas cidades alemãs desde o período nacional-socialista, tem vindo a ser afastado, no meio de mais ou menos polémica. Chegou agora, finalmente, a vez de Berlim. O trabalho das últimas décadas sobre a memória do Holocausto e, em particular, a construção e preservação dessa memória no espaço público urbano de muitas cidades alemãs tem sido, em vários aspectos, exemplar. Talvez, mesmo que lentamente, se vão criando, do mesmo modo, as condições para a superação da amnésia colonial.

O consenso conseguido em Berlim em torno da iniciativa não foi total – tanto o Partido Cristão-Democrata como a Aliança para a Alemanha se opuseram. Entre os opositores, não faltou, como argumento principal, a estafada ideia, recorrente em contextos análogos, de que “não se pode mudar a história” e de que a substituição da toponímia corresponde a uma tentativa inaceitável de “reescrever a história” por parte de sinistras forças de esquerda. Sim, não se pode mudar a história, mas o conhecimento histórico, esse sim, pode e deve ser permanentemente enriquecido e revisto, nomeadamente lá onde esse conhecimento se baseia no silêncio ou no esquecimento da violência e do sofrimento infligidos e se limita a exprimir as visões dominantes. E, mais importante, não se trata, neste caso, como em muitos outros análogos, apenas da história, mas da memória, e da memória pública, isto é, da tomada de decisões colectiva sobre o que se quer celebrar e recordar e como se quer recordar. Também na afirmação berlinense de uma memória pós-colonial se revela com clareza como as lutas pela memória são sempre momentos-chave da construção do contemporâneo e da projecção no futuro das sociedades democráticas.

António Sousa Ribeiro é Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador Sénior do Centro de Estudos Sociais da mesma Universidade.